

# Nova gestão prioriza o diálogo

“Assumo a Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais consciente de meus deveres”. Essas palavras foram proferidas pelo desembargador Cláudio Costa na solenidade de posse, realizada no dia 2 de junho, no Salão do 1º Tribunal do Júri do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. O novo presidente do TJMG afirmou que sua gestão será calcada, fundamentalmente, sobre o diálogo, que, segundo o magistrado, é o único instrumento eficaz para uma tomada de posição que possa promover a unidade da magistratura, no Estado e no País.

Páginas 2 e 9

Rodrigo Vilaca

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - JUNHO - 2010**  
**ANO 16 - NÚMERO 150**



# TJMG tem novo presidente

A partir deste mês de junho, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais possui novo presidente, o desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa. Modificação do Regimento Interno do TJMG, realizada em agosto de 2009, assegurou a coincidência dos mandatos dos ocupantes dos cinco cargos de Direção (presidente, vice-presidentes e corregedor-geral de Justiça). Com isso, os mandatos, com duração de dois anos, começarão sempre no dia 1º de julho dos anos pares. Essa sistemática começou a vigorar em 2010 e, por meio de uma regra de transição, os mandatos dos novos representantes eleitos terminarão em 30 de junho de 2012. A alteração, de cunho prático e operacional, viabiliza um planejamento administrativo uniforme, elaborado em conjunto pela direção do Tribunal.

Eleito no último dia 22 de fevereiro, o presidente Cláudio Costa sucede o desembargador Sérgio Resende na liderança do Judiciário de Minas. Depois de eleito, o novo presidente realizou reuniões e promoveu diálogos, com o objetivo de definir as linhas estratégicas da nova gestão. Administrar o Judiciário é sinônimo de grandes desafios, considerando a dimensão da Instituição, com 296 comarcas e 818 varas judiciais, para atendimento a 853 municípios mineiros. São 975 magistrados e 15.435 servidores, que atuam em mais de 560 prédios da Justiça mineira, na Capital e interior do Estado.

O balanço de gestão do desembargador Sérgio Resende, disponível no Portal TJMG, enumera melhorias realizadas nos últimos 20 meses, entre elas a instalação de uma nova comarca e 22 varas judiciais; instalação de duas novas câmaras criminais na 2ª Instância; aquisição de edifício, no bairro Luxemburgo, onde fun-

ciona a Unidade Raja Gabaglia do Tribunal; construções de fóruns, ampliações e reformas em várias comarcas; instalação do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) e do Centro Integrado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (CIM); ampliação do número de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs); concursos para magistrados e servidores, organizados pela Escola Judicial; realização de doze encontros administrativos, com magistrados e servidores da 1ª Instância, para prestar informações sobre o TJMG e conhecer melhor a realidade das comarcas, dentre outras iniciativas.

Um dos grandes desafios da Justiça está relacionada à questão da morosidade. Em Minas, a 2ª Instância é considerada uma das mais eficientes do Brasil, mas o desempenho da 1ª Instância não se encontra, ainda, entre os melhores do País.

Em entrevista à revista "Viver Brasil", o presidente Cláudio Costa declarou: "Culpa-se muito o Judiciário pela morosidade da aplicação da justiça. Mas, são as leis brasileiras que precisam ser mudadas para que juízes, advogados e membros do Ministério Público possam trabalhar de maneira que os processos possam ser julgados com rapidez."

Na entrevista, o presidente argumentou que soluções poderiam ser dadas na área administrativa, sem precisar vir ao Judiciário, evitando a sobrecarga. Sobre a "filosofia ou política de julgar", defendeu que "a justiça decorre da lei". E "se as leis são imperfeitas, vamos aperfeiçoar as leis. O que eu posso fazer é dar uma interpretação mais benéfica (...). O juiz não pode julgar pela emoção", conclui.

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

## Palestra inicia curso de formação de juizes

Foi realizada no início de junho, no auditório do Anexo I do TJMG, palestra magna com o tema "Impacto econômico, político e social das decisões judiciais – visão geral", proferida pelo ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O evento marcou o iní-

cio do 2º Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, etapa final do concurso para o cargo de juiz de Direito substituto (Edital 1/2009). O curso é realizado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do TJMG.

Rodrigo Vilaca



## EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG

Presidente: Cláudio Costa;

1º Vice-Presidente: Carreira Machado;

2º Vice-Presidente: Herculano

Rodrigues;

3ª Vice-Presidente: Márcia Milanez;

Corregedor-Geral: Célio César

Paduani; Superintendentes de

Comunicação: Alexandre Victor de

Carvalho e Antônio Armando dos Anjos;

Secretário Especial da Presidência:

Luiz Carlos Elói; Secretário do

Presidente: Hélcio Zolini; Assessor de

Comunicação Institucional: Ronaldo

Ribeiro; Gerente de Imprensa: Wilson

Menezes; Editoras e Jornalistas

Responsáveis: Ione Bernadete Dias -

RP nº 1929/MG e Patrícia Melillo - RP

nº MG 04592/JP; Revisão: Patrícia

Melillo e Ione Bernadete Dias; Design

Gráfico: Carlos Eduardo Miranda;

Fotolito e Impressão: CGB Artes

Gráficas Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar - Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

# Presidentes de TJs conjugam esforços pela eficiência da Justiça

Wilson Menezes

"Reafirmar o propósito de conjugar esforços com os outros Poderes e demais segmentos envolvidos com a prestação da Justiça, visando ao cumprimento do paradigma constitucional da razoável duração do processo; dedicar especial atenção aos programas de informatização da execução penal; ressaltar a importância do relacionamento dos Tribunais de Justiça com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na perspectiva da melhoria na prestação jurisdicional e difundir a prática da conciliação de precatórios."

Essa é a síntese da Carta de Belo Horizonte, documento editado pelo "83º Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil", em Belo Horizonte, nos dias 20 e 21 de maio.

Promovido pelo Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, o evento reuniu magistrados dirigentes de 25 tribunais do Brasil. O então presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, manifestou satisfação com os resultados alcançados e ressaltou, como saldo positivo, a presença dos dirigentes dos Tribunais de Justiça de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que participaram do evento pela primeira vez. O magistrado comemorou o

fato de sua gestão ter sido marcada por dois Encontros de Colégios de Presidentes e por um Encontro Nacional do Poder Judiciário.

## Ética

O presidente do Colégio de Presidentes, desembargador Marcus Faver, comentou que, hoje, tanto a sociedade quanto o Judiciário atravessam um momento de crise, agravada pela indignação e falta de confiança da população em seus representantes no Poder. O desembargador atribui à falta de ética uma das causas da revolta da sociedade. Marcus Faver sustentou que "nós somos o tamanho de nossas ações, grandes ou pequenas. A Justiça só terá reconhecimento da sociedade se as ações dos juizes forem dignas".

Outro tema abordado no Encontro foram as atividades do CNJ. O conselheiro Millton Nobre comentou que às vezes são necessárias ações firmes para corrigir possíveis distorções e, caso haja excessos, as resoluções ou medidas podem ser questionadas no Supremo Tribunal Federal (STF).

O conselheiro Milton Nobre esclareceu que as metas de nivelamento e as prioritárias, elaboradas pelo CNJ, visam diminuir o acervo processual para que o Brasil esteja entre os países com baixos índices de ações. Tão logo sejam alcançadas, deixarão de existir.

O titular da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal e Territórios, juiz Luís Martius Holando Júnior, apresentou o sistema *Sistjweb*, disponível em Brasília, que possibilita diversas informações sobre os apenados, como o tempo de cumprimento de pena, aqueles que cumprem restrições de direito de liberdade, livramento condicional, expedição do alvará de soltura eletrônico, entre outros.

Por fim, o coordenador da Central de Precatórios (Ceprec) do TJMG, juiz Ramom Tácio, falou sobre "Conciliação em Precatórios: Emenda 62, implementação e responsabilidade". Ele apresentou alguns dados alcançados pela Central em Minas Gerais. Entre os números, chegou-se a 100% de acordos e foram economizados cerca de R\$ 1,8 bilhão, em pouco mais de dois anos. Foram quitadas dívidas do Estado e da administração indireta em valores próximos de R\$ 2,7 bilhões.

Renata Mendes



Presidentes de 25 tribunais de Justiça brasileiros debatem temas importantes para melhorar a prestação jurisdicional

# Juízas apostam na educação para reduzir delitos no trânsito

Joubert Oliveira

Sensibilização, mobilização e informação sobre os problemas que afetam o trânsito e que promovem mudança de comportamento dos condutores de veículos. Esses são os três pilares do projeto *Vida Segura*, da Central de Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (Ceapa) da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), que adota atividades de reflexão em grupo. O projeto inspirou as juízas da 1ª e da 12ª varas criminais de Belo Horizonte, Kênea Márcia Damato Mendonça e Maria Isabel Fleck, na aplicação de medidas para os motoristas flagrados embriagados na Capital e que fazem jus à suspensão condicional da pena, o *sursis*.

Doze atividades integram o *Vida Segura*, projeto dirigido aos infratores de trânsito dos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Santa Luzia, que ganhou o prêmio como a melhor experiência de penas alternativas do Brasil, no VI Congresso Nacional de Penas e Medidas Alternativas (Conepa), realizado em Salvador-BA, em abril deste ano.

Na aplicação do *Vida Segura* são abordados o Código de Trânsito Brasileiro, direção defensiva e segurança no trânsito, por meio de atividades que vão desde seminários e oficinas até visita ao Hospital de Politraumatismo João XXIII, e ainda realização de campanhas e *blitz* educativa, em parceria com a BHtrans.

## Transação penal

Antes de a Lei 11.705 (Lei Seca) ter aumentado a pena para embriaguez ao volante, a frequência às atividades do *Vida Segura* era medida aplicada pela juíza da Vara de Inquéritos, Rosemmere das Graças Couto, como transação penal nos casos de crime de trânsito. Com a transação penal, o processo era suspenso se o réu concordasse em frequentar as atividades do projeto. A medida chamou a atenção das juízas Kênea Márcia Damato e Maria Isabel Fleck. Apesar de o aumento da pena para o crime de embriaguez impedir a utilização do curso para suspensão condicional do processo, elas identificaram a possibilidade de utilizá-lo como medida eficaz de responsabilização e reeducação dos réus condenados, além da possibilidade de utilizá-lo no *sursis*.

Segundo as juízas, a frequência ao *Vida Segura* permite a aplicação do artigo 89, da Lei 9.099, que prevê que "o juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado".

A medida tem surtido efeito positivo, explica a assistente social Miriam Mendes, que trabalha com o projeto desde o seu início. Ela aposta no resultado das medidas com foco na educação e reflexão em vez das punitivas e mesmo da prestação de serviço comu-

nitário. Segundo ela, o grau de cumprimento está em torno de 93%.

A juíza Isabel Fleck destaca que a iniciativa é uma das mais eficazes que ela já viu no Estado. Segundo ela, o curso cria oportunidade para o réu refletir sobre sua conduta e pode provocar mudança. "Quando você pensa, você pode mudar", conclui a magistrada.

## Por dentro do *Vida Segura*

- Em 2009, entre março e novembro, foram atendidas 800 pessoas.
- Aproximadamente 200 pessoas aguardam o cumprimento da suspensão da pena, após participação no *Vida Segura*.
- O projeto existe desde 2007, quando atendia o Juizado Especial Criminal (Jesp Criminal). Também atende à Vara de Inquéritos desde 2008.
- Dentre os delitos dos Jesps, que permitem a transação penal, estão: falta de habilitação e documentos, entregar direção a desabilitado, e falta da frequência obrigatória ao *Vida Segura* no período de três meses, com duas horas semanais aos sábados.
- Nos casos de embriaguez ao volante, a substituição da pena exige a frequência ao curso no período de três meses, com quatro horas aos sábados.



Stock.XCHNG

# Juíza facilita acesso às decisões

Renata Mendes



Juíza e equipe da 34ª Vara Cível da Capital adotam medida que permite celeridade processual

Joubert Oliveira

Iniciativa da juíza da 34ª Vara Cível da Capital, Mônica Libânio, vira projeto que, se implantado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), vai resultar em melhoria da prestação jurisdicional. Por *e-mail*, a juíza envia as decisões judiciais para os advogados e, segundo ela, esse procedimento reduz o número de atendimentos no balcão, elimina as cópias em papel, diminui o volume de trabalho e as atribuições dos servidores. Tudo isso resulta em celeridade e qualidade dos serviços judiciais.

A ideia foi apresentada à 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Márcia Milanez, e ao colegiado dos juízes cíveis por ocasião do *workshop* sobre orçamento, ministrado pela Escola

Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) para os magistrados. Com base nas informações prestadas pela juíza, a Assessoria de Gestão da Inovação (Agin) elaborou o projeto que já foi aprovado pelo Comitê Estratégico, formado pelo presidente do TJMG, pelos 1º, 2º e 3º vice-presidentes, pelo corregedor-geral de Justiça, pelo secretário especial da Presidência e pela secretária executiva de Planejamento, conforme previsto na Resolução nº 519/2007.

A aprovação pelo Comitê foi a primeira fase que o projeto precisou vencer para ser eleito como um projeto piloto no Judiciário mineiro. Caso o projeto seja aprovado pela Corte Superior, segue novamente para a Agin, que vai

providenciar os estudos técnicos e jurídicos necessários à sua implantação.

## Motivação

Segundo Mônica Libânio, a mudança das publicações judiciais para o sistema eletrônico por meio do Diário do Judiciário Eletrônico (DJe) foi a motivação encontrada para procurar outras formas de explorar a tecnologia e melhorar os serviços prestados aos jurisdicionados.

A juíza explica que a sua primeira tentativa foi publicar na íntegra as decisões via *Siscom*, o que não foi possível devido à limitação do número de caracteres e também da formatação. Por isso, ela decidiu solicitar o endereço de *e-mail* dos advoga-

dos durante as audiências de instrução ou por meio de contatos com a Secretaria. Em alguns casos, a própria folha timbrada das petições foi utilizada para consulta do endereço eletrônico do advogado.

Os *e-mails* são cadastrados no computador de acesso restrito do gabinete e secretaria e, por ocasião da publicação das decisões, são utilizados para o envio, na íntegra, das decisões.

"Já verificamos que houve diminuição de consultas aos processos no balcão da Secretaria do Juízo e de retiradas das cópias das sentenças destinadas ao arquivo. Algo em torno de 40%", enfatiza a juíza. Essa iniciativa, "certamente vai agilizar o andamento dos processos", assegura Mônica Libânio.

# Incidência de crimes preocupa a sociedade

Rodrigo Vilaça



■ O desembargador Alexandre Carvalho considera boa medida a criação de duas câmaras criminais

## Soraia Costa

“Saidinha de bancos”, grupo da degola, grupos de extermínio, assaltos, arrombamentos, pedofilia, *serial killers*, ataque a mulheres... As notícias dos jornais são assustadoras. A população está ficando acuada. A sensação é de que a sociedade está mais violenta

O reflexo do crescimento da violência se faz sentir no Judiciário, com a ampliação do volume de trabalho na área criminal, especialmente, pedidos de *habeas corpus*. Para dar vazão à enxurrada de processos criminais que chegam diariamente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a Corte Superior aprovou a criação de duas novas câmaras criminais.

Na avaliação do desembargador Alexandre Victor de Carvalho, presidente da 5ª Câmara Criminal, a instalação da 6ª e da 7ª Câmara Criminal foi uma boa medida. Para ele, “apenas uma câmara criminal não resolveria o problema satisfatoriamente, porque o volume de serviço nas câmaras criminais tem sido proporcionalmente maior do que nas câmaras cíveis”.

Agora, mais um grupo de câmaras criminais foi acrescido, passando-se de dois para três grupos. O primeiro grupo será composto pelas 2ª, 3ª e 6ª câmaras, o segundo, pelas 4ª e 5ª e o terceiro grupo será composto pelas 1ª e 7ª câmaras criminais.

A 6ª Câmara Criminal funciona na Unidade Goiás e a 7ª, na Unidade Raja Gabaglia. Ambas entraram em atividade em maio deste ano.

## Desafios

Apesar dos esforços para dar vazão aos milhares de processos criminais que tramitam nas câmaras, ainda fica uma pergunta no ar: o que se pode fazer para deter a marcha desenfreada da violência?

Há algum tempo, o TJMG vem promovendo e participando de seminários e simpósios sobre a criminalidade em parceria com a Secretaria de Defesa Social (Seds) e outras instituições, com a finalidade de detectar as causas da violência e encontrar medidas para combatê-la.

Os desafios brasileiros para enfrentar os crimes violentos são muitos e dependem de um enfrentamento contínuo dos governantes tanto na estruturação de políticas públicas destinadas a combater a disseminação da violência entre as camadas da população, quanto na aplicação efi-

caz de medidas preventivas e socioeducativas para as crianças e jovens.

A análise da questão precisa ser aprofundada e deve envolver especialistas em direito criminal, psiquiatria, governos, legisladores, Judiciário, secretarias de Segurança Pública, igrejas, Ministério Público e outros segmentos sociais.

Para o presidente da 5ª Câmara Criminal do TJMG, “a sociedade está mais violenta, sem dúvida”. Segundo ele, “crimes violentíssimos existiam no passado, mas a incidência hoje é maior”.

Alguns especialistas no assunto afirmam que o aumento da violência na sociedade contemporânea se deve a diferentes fatores socio-culturais e econômicos. O tráfico de drogas e a banalização da violência pelos meios de comunicação são apontados como os principais deles.

O psiquiatra forense e criminólogo Paulo Repsold afirma que “a violência na prática de crimes tem aumentado principalmente em consequência do consumo de *crack* e cocaína, que são drogas estimulantes. Pessoas que cometem crime sob efeito dessas drogas tendem a cometê-lo de forma mais violenta, mais planejada e perigosa”.

O desembargador Alexandre Victor compartilha da opinião de Paulo Repsold e também acredita que o aumento da violência na sociedade atual se deve à disseminação das drogas, o que tem como consequência o crime. Ele enfatiza: “Há drogas extremamente corrosivas, como o *crack*, e esse é o maior fator de criminalidade, aliado à falta de políticas públicas de educação, saúde, emprego e habitação. Com a falta dessas políticas, as pessoas entram muito cedo no mundo das drogas e tendem a se tornar criminosas e muito violentas”, conclui.

## Contexto internacional

Em 2002, o estudo intitulado “Mapa da Violência III” publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) apontava uma conclusão preocupante para as taxas de violência anuais do país comparadas aos índices internacionais: “É possível observar que o Brasil ocupa a 2ª

# Times violentos

## idade

Renata Mendes



O psiquiatra Paulo Repsold atribui o excesso de violência ao consumo de drogas, especialmente crack e cocaína

posição entre os 60 países do mundo analisados neste trabalho”.

A pesquisa avalia que embora as taxas brasileiras sejam menores que as da Colômbia, por exemplo, ainda assim são índices extremamente elevados no quadro mundial. A taxa de homicídio entre a juventude, na época da pesquisa, era de 48,5 homicídios para cada 100 mil jovens, ficando o Brasil em terceiro lugar mundial na prática desse crime. Em 14 dos países pesquisados verificaram-se índices menores do que um homicídio para cada 100 mil jovens.

O “Mapa da Violência 2010”, publicado pelo Instituto Sangari, organização que promove a difusão científico-cultural, considera o Brasil o sexto país mais violento. Esse índice não é porque a violência tenha diminuído por aqui, mas pelo fato de ter havido uma eclosão de violência nos países da América Central. No entanto, ainda chama a atenção dos pesquisadores o fato de o Brasil ter um alto índice de homicídios, apesar de ser um país que não tem guerra civil, problemas de fronteiras, conflitos armados, religiosos, raciais ou de etnias.

### Serial killers (assassinos em série) que chocaram a sociedade e ficaram conhecidos

- **Jack, o estripador:** um homem com identidade desconhecida, até hoje, assassinou com crueldade oito prostitutas em um bairro pobre de Londres, em 1881. Sempre agia à noite, acobertado pela névoa. O caso intrigou estudiosos forenses e autoridades inglesas.
- **Bandido da cartucheira:** Ramiro Matilde Siqueira assassinou 40 pessoas na área rural da região metropolitana de Belo Horizonte, na década de 70. Chegou a matar famílias inteiras com espingardas roubadas das próprias vítimas.
- **Maníaco do parque:** Francisco de Assis Pereira, motoboy, seduzia as mulheres com promessa de serem fotografadas para uma revista, levava-as para um parque, abusava sexualmente delas e as matava. Assassinou nove mulheres de 18 a 26 anos e foi condenado a 143 anos de prisão.
- **Maníaco de Contagem:** Marcos Antunes Trigueiro confessou ter matado e estuprado cinco mulheres de idades variadas nas cidades de Belo Horizonte e Contagem, no início deste ano.
- **Maníaco de Goiás:** Adimar Jesus da Silva confessou ter matado seis rapazes de 13 a 19 anos, nas cidades de Luziana e Cristalina em Goiás. Ele atraía as vítimas com promessas diversas, tinha relações sexuais com elas, matava-as a pauladas e enterrava os corpos.

# TJ adota as novas Metas para 2010

## Paloma Palacio

Responda rápido. Como cidadão, você gostaria de ver sua demanda judicial atendida num prazo razoável? Como magistrado, você teria orgulho de dizer que, em sua comarca, os processos estão sendo julgados em dia? E você, servidor da Justiça, sabe que o seu trabalho contribui para a tão almejada paz social?

Certamente, as respostas a essas indagações são afirmativas, pois uma Justiça mais célere e eficiente é desejo de todos, tanto dos que dependem dela para ver solucionado um conflito, quanto dos que trabalham com ela. O que muitos não sabem é que um dos entraves para atender aos anseios por uma Justiça mais ágil está no crescimento de processos pendentes de julgamento, em descompasso com o número de magistrados e servidores.

Com o propósito de mudar essa realidade, dirigentes de todos os segmentos do Poder Judiciário brasileiro vêm se reunindo, anualmente, para discutir o planejamento e a gestão estratégica para o aperfeiçoamento e modernização da Justiça. Desses encontros, saem as metas a serem cumpridas pelas diferentes esferas jurisdicionais.

## Metas Prioritárias

Em fevereiro, durante o 3º Encontro Nacional do Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em São Paulo, foram estabelecidas as "10 Metas Prioritárias para 2010". As metas 1, 2, 3, 4 e 7 tratam da agilização dos trâmites processuais, as metas 5, 6 e 8 propõem boas práticas, economicidade e melhoria do

desempenho humano, respectivamente. E as metas 9 e 10 têm foco na informatização.

Atualmente, servidores e magistrados do TJMG estão engajados no mesmo objetivo, ou seja, o alcance das metas 1, 2 e 3, sem perderem o foco nas metas não atingidas no ano passado. Segundo o juiz diretor do Foro de Belo Horizonte e um dos gestores das Metas no Estado, Marco Aurélio Ferenzini, as Metas para 2010 preveem a efetiva prestação jurisdicional e não substituem as do ano passado: "Elas não deixam de existir, continuam prevalecendo até que não haja mais processos pendentes de julgamento", explica.

No ano passado, o TJMG atingiu 41% da Meta 2, que previa a identificação e julgamento de todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2005. A média nacional de cumprimento foi de 59%.

O resultado mineiro é tido como satisfatório, tendo em vista que os processos novos não deixaram de ser julgados em função da meta. "Dados do Relatório de Movimentação Processual de 2009 mostram que, concomitantemente aos 41% da meta, foram julgados 70% dos processos novos em Belo Horizonte e 57% no interior. Nos Juizados Especiais, 100% dos processos foram julgados, e esses números se referem tanto a processos novos quanto aos da Meta 2", esclarece Ferenzini.

Em 2010, o TJMG conta mais uma vez com o esforço de magistrados e servidores para superar os números do ano passado e cumprir mais uma etapa necessária ao serviço jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza. Com isso, a Justiça mineira se alinha à estratégia nacional que define o novo perfil do Judiciário brasileiro.



Valéria Queiroga

Juiz, dirigentes e servidores do TJ aprovaram as ações para atingir as Metas Prioritárias



# Direito como tradição de família

O novo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa, exerce a magistratura há quase 30 anos. Dedicado ao trabalho, ele é um observador atento, perspicaz, objetivo quando fala e um perfeccionista em suas ações. Já exerceu as presidências do Tribunal de Alçada e do TRE-MG. Antes de assumir a Presidência do TJMG no dia 2 de junho, procurou se inteirar da realidade da Instituição a fim de desenvolver uma gestão à altura do desafio que lhe foi imposto. Experiência para tanto não lhe falta. Até ingressar na carreira, destacou-se como advogado na iniciativa privada. Sem falar que o Direito é uma tradição de família. Filho do ex-presidente do Tribunal desembargador Hélio Costa, ele é casado com a desembargadora Maria das Graças Albergaria Costa. As filhas do casal, Maria Flávia e Maria Juliana, também escolheram trilhar os caminhos dos pais e do avô. Formadas em Direito, elas estão participando do Curso de Formação Inicial na Ejef, última etapa do concurso para ingresso na magistratura mineira. Nesta entrevista, o desembargador Cláudio Costa fala sobre Justiça e gestão pública.

**TJMG Informativo** - O que é possível fazer, dentro da realidade orçamentária, para atender aos anseios da sociedade por uma Justiça mais célere?

**CRSC** - Investir na informatização do Judiciário é uma das alternativas importantes para agilizar os serviços. É preciso estar atento para a mudança de rotinas, de forma a imprimir mais celeridade e simplificar os procedimentos dentro das possibilidades legais. Cada magistrado ou servidor, ao desenvolver uma atividade, precisa procurar fazê-la da maneira mais eficiente possível, repassando os bons resultados para toda a Instituição. Este é um exemplo de ação que pode ser empreendida sem onerar os cofres públicos e que resultará em uma resposta mais rápida à sociedade.

**TJMG Informativo** - Quais são as causas reais da morosidade?

**CRSC** - A morosidade do Judiciário, na maioria das vezes, advém das leis processuais, que possibilitam uma infinidade de recursos. Os

profissionais do Direito e toda a sociedade precisam exigir mudanças legais nesse sentido. A lentidão da Justiça é também provocada por questões estruturais, mas, neste caso, seriam necessários recursos para ampliar os quadros de magistrados e servidores.

**TJMG Informativo** - Em Minas, o desempenho da 2ª Instância, estatisticamente, é melhor que o da 1ª Instância. Na próxima gestão, serão desenvolvidas ações para amenizar essa diferença?

**CRSC** - Os juízes e servidores são muito operosos, mas a situação estrutural da 1ª Instância é bastante precária. O foco desta gestão será a prestação jurisdicional de primeiro e segundo graus, buscando alternativas para melhorar a produtividade, embora a realidade orçamentária não possa ser desconsiderada. Talvez, tenha chegado o momento de os magistrados de todo o Brasil fazerem gestões políticas para melhorar o orçamento do Judiciário, hoje aquém das necessidades da Instituição.

**TJMG Informativo** - Foram estabelecidas as 10 Metas Prioritárias para 2010, a maioria delas relacionada, diretamente, à prestação jurisdicional. Na sua avaliação, o estabelecimento de metas é eficiente? É possível cumpri-las?

**CRSC** - Acredito que o Conselho Nacional de Justiça, ao propor diretrizes para um Planejamento Estratégico, em nível nacional, age de forma acertada. Isso é essencial para uma boa gestão. As metas são importantes, porque direcionam as ações, representando um norte a ser seguido. É claro que elas precisam ser reavaliadas constantemente, mesmo porque é preciso colher resultados, sob o risco de haver desestímulo. Um bom resultado motiva as pessoas a se empenharem em novas conquistas.

**TJMG Informativo** - Existem demandas de magistrados e servidores, relacionadas a diferenças salariais e direitos. Será possível regularizar a situação?

**CRSC** - Estarei empenhado em fazer o que for possível dentro da realidade orçamentária. É impossível fazer promessas nesse sentido. Serão ouvidas as demandas e estudadas as possibilidades de atendimento.

**TJMG Informativo** - Os servidores se queixam de que os vencimentos estão defasados em relação a outras instituições, como o Ministério Público Estadual, o que não ocorria há alguns anos. Essa situação pode ser revertida?

**CRSC** - Preciso dizer que essa é uma situação difícil de ser revertida dentro das condições



Cláudio Costa pretende investir na informatização e na melhoria estrutural do Judiciário mineiro

orçamentárias atuais. Não se podem criar expectativas a esse respeito. É importante melhorar o índice do Judiciário. Está difícil gerir a instituição com os 6% da receita corrente líquida do Estado, percentual que é, proporcionalmente, inferior ao de outras instituições, considerando-se as especificidades de cada uma delas.

**TJMG Informativo** - Como é conciliar carreira jurídica e magistério?

**CRSC** - O professor está sempre atualizando as informações, revendo conceitos, a partir da interação com os estudantes e das demandas surgidas em sala de aula. Para o profissional do Direito é importante esse aprimoramento contínuo, principalmente por se tratar de uma área dinâmica, ocasionada pelas alterações das leis e jurisprudências, numa sociedade em constante evolução.

William de Jesus



# Família acolhedora: alternativa à institucionalização

Equipe interinstitucional e família acolhedora amparam a criança até que seu lar seja reestruturado

Francis Rose

Uma família que vai acolher a criança com afeto, carinho e atenção, que vai ampará-la num momento difícil da vida em que ocorrem problemas com os pais ou responsáveis. E que vai auxiliá-la no processo de estruturação de seus familiares, até o momento em que eles estejam aptos a recebê-la novamente. Esse é o papel de uma família acolhedora, figura prevista pelo artigo 101, da Lei nº 12.010/2009, conhecida como Nova Lei da Adoção.

Sempre que ficar constatado que uma criança não pode permanecer em sua família por motivos diversos, como por exemplo, violência, abusos e abandono, a legislação prevê uma alternativa à institucionalização. Em vez de ser encaminhada a um abrigo, a criança é acolhida em um lar. Uma família previamente cadastrada e que não tem qualquer pretensão de adoção recebe a guarda da criança e vai abrigá-la temporariamente, até que os profissionais competentes verifiquem que os pais biológicos ou os responsáveis já têm condições de recebê-la adequadamente.

Em Belo Horizonte, o acolhimento familiar é realizado a partir de uma parceira entre a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), o Instituto Felix Guattari, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), a Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social/Colé-

gio Loyola e o Judiciário. Cabe à Vara Cível da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) homologar os nomes das famílias habilitadas para participar do serviço. Também é responsabilidade do Judiciário determinar crianças que vão ser encaminhadas à família provisória.

O acolhimento familiar busca garantir um ambiente mais humanizado, bem como a manutenção e o fortalecimento dos vínculos familiares, até que seja possível resgatar a capacidade de cuidado e de proteção da família de origem e promover a reintegração da criança em seu lar. “A família acolhedora, além do apoio à criança, acompanha todo o trabalho realizado com seus pais ou responsáveis”, explica a assistente social da Vara Cível da Infância e da Juventude, Adriana Maria do Nascimento Horta.

## Participação

Atualmente, em Belo Horizonte, apenas seis famílias participam do serviço de acolhimento familiar. Uma abriga uma criança, duas aguardam o encaminhamento e outras três esperam o processo de homologação pelo juiz. Em contrapartida, o número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições é de 642. Muitos

deles poderiam estar em uma família acolhedora em vez de estar em um abrigo.

A costureira Maria do Carmo Martins Fonseca cuida, há quatro meses, de uma menina que foi retirada do convívio familiar. “A experiência me fez rever valores. Cresço todos os dias. Sabemos que um dia a criança vai embora e deixará um vazio. Mas outras crianças virão e o nosso foco, então, se concentrará nelas”, disse. A costureira acredita que o serviço é pouco conhecido e, por isso, há poucas famílias habilitadas. Ela afirma que quem conhece o trabalho fica fascinado.

Para atuar como uma família acolhedora, é necessário se inscrever no Instituto Felix Guattari, entidade credenciada pela Secretaria Municipal de Assistência Social para fazer a seleção e a habilitação dos participantes. Posteriormente, a listagem segue para homologação do Judiciário.

Famílias acolhedoras e de origem, ao longo de todo o processo, são acompanhadas por equipes multidisciplinares.

As inscrições ao serviço de acolhimento familiar só são efetuadas se o candidato obedecer a alguns critérios: ser maior de 21 anos; morar em Belo Horizonte há, no mínimo, dois anos; não ter antecedentes criminais e não ter nenhum membro da família com dependência química. Outra exigência é que todos os membros da família concordem com a participação no serviço.

# Um mundo além da pobreza

Marcos Xavier

“A criança carente precisa saber que existe um mundo além de sua comunidade, um mundo que ela tem o direito de conhecer e ter acesso”. A frase é da taquígrafa Janaina Brant da Costa Ribeiro, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Unidade Raja Gabaglia. Ela trabalha há 11 meses como voluntária no *Núcleo de Promoção Humana Vinhas de Luz*, uma creche que atende à comunidade da Vila Sumaré, localizada próximo ao Shopping Del Rey.

Expostas às situações de risco social, essas crianças recebem ali educação e orientação, além de cuidados como alimentação, higiene e saúde. Uma vez por semana pela manhã, das 8h às 11h30, Janaina cuida de uma turma de 17 crianças na faixa de dois anos de idade, junto com uma professora. Ela ressalta a importância do compromisso de assumir esse tipo de voluntariado, pois o trabalho requer continuidade, não só pela necessidade, mas também pelas expectativas que geram às crianças.

Segundo a taquígrafa, as crianças são carentes também de afetividade e se tornaram apegadas a ela, que retribui com muito carinho. “Não há tristeza, cansaço ou desânimo que resistam ao sorriso naquelas carinhas”, admite Janaina Brant, que completa: “esse trabalho é uma grande oportunidade de servir ao próximo, de contribuir positivamente para a formação de crianças”.

Renata Mendes



Vinhas de Luz: um mundo de afetividade para crianças carentes

## DICAS DE CULTURA

### Livro

O livro *Estrela Solitária*, escrito por Rui Castro, conta a saga de um dos maiores jogadores do futebol mundial, Mané Garrincha. A obra, editada pela Companhia das Letras, foi lançada em 1997. Apesar de o personagem do livro ser o maior ponta direita do futebol, o foco da história não é

o esporte mais popular do mundo, mas sim as adversidades da vida do craque após o fim da sua carreira esportiva: problemas familiares e alcoolismo. A história, aliada à forma de escrever de Rui Castro, torna a leitura interessante, mesmo para aqueles que não gostam de bola.

Danilo Bayão –  
Ascom/Unidade Goiás

## INFORMÁTICA

### Pesquisa para melhorar atendimento

A Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) elaborou um questionário para avaliar os serviços e o atendimento prestados pela empresa Contech, tanto no atendimento via 0800, quanto na manutenção técnica local dos equipamentos de informática do Tribunal de Justiça.

O questionário deve ser respondido individualmente e a participação de todos é imprescindível. O resultado dessa avaliação vai nortear futuras decisões da instituição, visando à crescente melhoria no atendimento. A pesquisa se encerra no dia 16 de julho. Mais informações podem ser obtidas no banner Central de Serviços da *intranet*.

# Brinquedo Proibido é a próxima atração do Cineclube TJ

## Erramos:

O filme *Brinquedo Proibido*, que seria exibido no mês de maio, conforme divulgado pelo *TJMG Informativo* do mês passado, foi transferido para o dia 24 de junho.

Em seu lugar, na sessão do Cineclube TJ de 27 de maio, foi apresentado o filme *Sorrisos de uma Noite de Verão* do diretor sueco Ingmar Bergman.

Problemas de ordem técnica contribuíram para as alterações da programação.

Assim, os cinéfilos do Tribunal de Justiça vão ter a oportunidade de conferir esse, que é considerado um clássico do cinema francês e que tem Renné Clément na direção, no próximo dia 24, às 19h, no auditório do Anexo II do TJ, na rua Goiás, 253, 3º andar. A entrada é franca.

Mais informações podem ser obtidas através dos telefones (31) 3247 8975 ou (31) 3247 8742.

## CLICK DO LEITOR



Ione Bernadete

O Japão dos templos e santuários, da cultura milenar e da tecnologia de ponta é uma festa em rosa e branco na floração da *sakurá* (cerejeira), considerada a flor nacional. As árvores florescem uma vez ao ano, entre o final de março e princípio de abril, e assim permanecem por cerca de uma semana. Tive a oportunidade de participar da comemoração das festas conhecidas por *hanami* (ver as flores). A foto ao lado, nas imediações de Tóquio, mostra famoso templo em que a escadaria de acesso é ladeada por exuberantes cerejeiras.

Ione Bernadete Dias - Ascom  
Unidade Goiás

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).